



Genildo Mergalo/Senado Federal



Aloysio Nunes (E) e Demóstenes Torres anunciaram emendas ao projeto de reforma política

Comissão de Reforma Política finaliza texto de nove propostas

Textos de dois projetos e sete PECs serão enviados a Sarney, e depois seguem para a CCJ. Faltam apenas três temas, que devem ser concluídos na semana que vem

A Comissão de Reforma Política aprovou ontem os textos das propostas sobre nove dos temas discutidos. Entre os assuntos, estão suplência de senador, reeleição,

coligações e candidatura avulsa. Na próxima semana, devem ser finalizados os textos sobre financiamento público de campanhas, sistema político e cotas para mulheres. **3**

Alerta contra atos de terrorismo na Copa e nas Olimpíadas **5**

Embaixadores em Cingapura e Belarus aprovados **6**

Mercado não cumpre cota para pessoa com deficiência **3**

Jucá tenta acordo para aprovar novo rito para MPs **3**

Inajpu Binacional



Comissão pede regularização na faixa de fronteira

Em debate na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com o presidente do Incri, senadores criticam órgão por demora na regularização dos títulos de propriedade na faixa de fronteira. **4**

CRE aprova reajuste do valor pago pela energia de Itaipu

Valor que Brasil paga ao Paraguai pela cessão de energia de Itaipu passaria de US\$ 120 milhões para US\$ 360 milhões. Decisão vai ao Plenário. **6**

Paraguai consome apenas 5% da energia gerada pela hidrelétrica de Itaipu

Jane Araújo/Senado Federal



Sarney (C) preside reunião da Mesa: atual frota tem mais de oito anos de vida

Senado troca veículos próprios por frota alugada

Para economizar R\$ 6 milhões anuais, a Mesa do Senado decidiu vender automóveis usados pelos senadores e alugar frota. Senado estuda conceder licença-gala para servidores em uniões com pessoas do mesmo sexo. **2**

Segundo Cícero Lucena, medida deve gerar economia anual de cerca de R\$ 6 milhões. Ele disse que ainda não há prazo para lançamento de edital

Senado decide substituir veículos por frota alugada, para reduzir gastos

A COMISSÃO DIRETORA do Senado decidiu ontem substituir os veículos que servem aos senadores por uma nova frota alugada. Segundo o 1º secretário, Cícero Lucena (PSDB-PB), o objetivo é reduzir os gastos da Casa com transportes, hoje de R\$ 17 milhões ao ano, incluindo pessoal e demais despesas.

A medida, conforme Cícero Lucena, deve gerar uma economia anual de aproximadamente R\$ 6 milhões. O Senado tem hoje, segundo o parlamentar, em torno de 90 veículos.

– De todas as alternativas estudadas, a mais barata é a locação de carros para os senadores bem como a contratação de serviços de transporte para o Senado – afirmou.

O senador explicou que o contrato de locação será por meio de licitação ou pregão eletrônico, mas observou que ainda não há prazo para o lançamento de

edital. Esses contratos devem ter duração de até cinco anos e os veículos alugados terão de ser renovados pela locadora a cada dois anos.

Com a decisão, informou Cícero Lucena, o Senado vai fechar a oficina que atualmente trabalha na manutenção da frota. Os servidores efetivos que atuam no local, segundo o 1º secretário, poderão ser aproveitados em outras áreas da Casa.

De acordo com Cícero Lucena, a medida atende a boa parte dos senadores, que está incomodada com os problemas dos carros que têm mais de oito anos de uso.

– Eu mesmo hoje estou sem carro. Os veículos estão na ordem de quase 200 mil quilômetros. Todo cidadão brasileiro sabe que o custo de manutenção de veículos como esses é algo totalmente antieconômico – observou.



Sarney preside reunião de Mesa que decidiu pela locação de carros para os senadores

Direito a licença para união civil pode beneficiar homossexuais

Wilson Santiago (PMDB-PB) será relator de proposta de ato da Mesa determinando que servidores do Senado em união com pessoas do mesmo sexo tenham direito à chamada licença-gala, concedida a servidores que se casam. O ato foi proposto pela vice-presidente do Senado, Marta Suplicy (PT-SP).

Caso a medida seja aprovada pela Mesa, passará a valer imediatamente, uma vez que se trata de uma decisão administrativa interna, não precisando ser votada por comissões ou pelo Plenário.

De acordo com a Lei 8.112/90, servidores públicos têm direito a oito dias de licença quando

se casam. Para empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a licença é de três dias.

Marta apresentou a proposta após ter conhecimento de que uma servidora do Senado requereu junto ao setor administrativo o direito a essa licença. Ela apoiou o processo, que aguarda exame do setor jurídico do Senado, mas decidiu que a Casa precisa de uma normatização mais abrangente sobre o assunto.

A senadora considera que os servidores que mantêm união com pessoa do mesmo sexo merecem direitos iguais aos dos demais servidores da Casa.

Ministro do TCU quer debater contas com sociedade

Relator no Tribunal de Contas da União (TCU) das contas do governo federal em 2010, o ministro Aroldo Cedraz visitou ontem o presidente do Senado, José Sarney.

Cedraz já se encontrou com o presidente da Câmara, Marco Maia, e pretende visitar as comissões técnicas que tratam da matéria nas duas Casas, além da Comissão Mista de Orçamento (CMO). O tema também será discutido com representantes da sociedade.

A análise dos gastos de governo, disse o ministro, é importan-



José Sarney recebe o relator de contas do governo no TCU, Aroldo Cedraz

te para que a sociedade saiba como os recursos públicos estão sendo aplicados. Esse diagnóstico anual do TCU, disse Cedraz, também permite ao Congresso Nacional realizar discussão coerente das propostas da lei de diretrizes orçamentárias (LDO), do plano plurianual (PPA) e da

lei orçamentária anual (LOA), e, assim, permitir melhor planejamento dos investimentos públicos.

– A sociedade tem grande interesse pelo tema, pois, no fundo, é um produto da maior importância para a vida do país. – afirmou o ministro.

Parlamentares do Amapá entregam placa a Sarney

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem de parlamentares do Amapá uma placa em homenagem à sua atuação em favor do estado e pelos seus 81 anos, completados em 24 de abril.

– Sarney teve grandes realizações como presidente [da República] e agora como presidente do Senado – afirmou o presidente da assembleia legislativa do estado, Moisés Souza.

Nascido em 1930, em Pinheiro (MA), Sarney foi eleito três vezes senador pelo Amapá – em 1990, 1998 e 2006.

Mesa aprova 64 pedidos de informações

A Mesa do Senado aprovou 64 requerimentos nos quais parlamentares da Casa pedem informações principalmente a ministros de Estado sobre assuntos relacionados às suas pastas. Apenas um deles é dirigido ao advogado-geral da União. Entre as solicitações aprovadas, Alvaro Dias (PSDB-PR) pede à ministra da Cultura, Ana de Hollanda, informações sobre o uso de cartões corporativos por parte de servidores do ministério.

Já Pedro Taques (PDT-MT) quer saber do ministro do Esporte, Orlando Silva, as metas estipuladas pela Federação Internacional de Futebol (Fifa) aos estados e municípios escolhidos para sediar jogos da Copa do Mundo de 2014. O ministro da Fazenda, Guido Mantega, por sua vez, deverá informar sobre a aplicação do dinheiro arrecadado com a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide). Itamar Franco (PPS-MG) pede informações sobre a arrecadação desde 2004 e quanto foi usado em programas de infraestrutura de transporte.

Mudanças na gestão do Comitê de Imprensa

O Comitê de Imprensa, que reúne os jornalistas credenciados para atuar no Senado, passará a funcionar sob a gestão da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secs). A decisão foi tomada ontem pela Comissão Diretora do Senado, por meio de ato administrativo.

Órgão autônomo e com direção própria, o Comitê de Imprensa deixará de ter na Diretoria-Geral do Senado a gestão dos recursos humanos e materiais necessários ao seu funcionamento, que ficará agora a cargo da Secs.



Genaldio Magela/Senado Federal

Os coordenadores estaduais e do Distrito Federal do Programa Senado Jovem receberam ontem informações e orientações sobre o Projeto Jovem Senador e o Concurso de Redação, que está em sua quarta edição. O encontro foi coordenado pela Secretaria de Relações Públicas. Márcia Yamaguti, coordenadora

do Concurso de Redação de 2011, afirmou que o encontro é uma oportunidade para “colher sugestões e buscar melhorias para o programa”. Segundo ela, as secretarias estaduais de Educação firmam parceria com o Senado e indicam um funcionário para coordenar o programa no estado. Voltado para estudantes do 2º e

do 3º anos de escolas públicas, o programa é composto de um concurso nacional de redação e do Projeto Jovem Senador, que vai permitir que estudantes atuem como um senador, simulando a elaboração e aprovação de leis. O concurso de redação vai premiar as escolas dos três primeiros alunos com computadores, livros e DVDs.

Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados em Plenário após as 19h serão publicados na edição de amanhã do **Jornal do Senado**.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Pronunciamentos na sessão de hoje

14h A sessão plenária é não deliberativa, destinada a discursos de senadores. Entre os inscritos, estão Lindbergh Farias (PT-RJ), José Pimentel (PT-CE) e Wilson Santiago (PMDB-PB).

CRA Em debate, frigoríficos e mercado de carnes

14h A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária debate a atuação dos frigoríficos no mercado de carne bovina e a estratégia do governo na aplicação de recursos no setor. Participarão, entre outros, o secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça, Vinícius Marques de Carvalho; o assessor da Superintendência Técnica da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) Paulo Sérgio Mustefaga; e o presidente do BNDES, Luciano Coutinho.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões no Plenário e nas comissões

Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao

Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

Jucá busca acordo sobre PEC das MPs para evitar confronto

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), vai buscar entendimento com os líderes partidários sobre a proposta que muda o rito de tramitação das medidas provisórias. A base governista não concorda com as mudanças feitas na PEC 11/11 pelo relator, Aécio Neves (PSDB-MG).

A PEC, de José Sarney (PMDB-AP), tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e sua votação já foi adiada por duas vezes. No dia 13, porque foi concedida vista coletiva, e na quarta-feira, a pedido de Jucá, que tem até a próxima semana para construir um texto de consenso.

– Estamos buscando uma proposta intermediária, para que

não seja preciso bater chapa – disse, referindo-se à possibilidade de os governistas apresentarem texto alternativo para disputar no voto com o substitutivo de Aécio.

A regra de admissibilidade das MPs é o principal ponto da divergência. O relator propõe que uma MP só passe a ter força de lei após uma comissão mista permanente do Congresso atestar se atende aos critérios de urgência e relevância. Pelas regras em vigor, mantidas na proposta de Sarney, as MPs têm força de lei logo que são editadas.

Veja no quadro abaixo as principais modificações no rito de tramitação das MPs contidas na PEC e no substitutivo.

Compare os dois projetos

PEC 11/11	Substitutivo do relator
• MP tem força de lei logo que é editada pelo governo	• MP só terá força de lei após aprovação de admissibilidade por comissão mista permanente ou pelo Plenário do Congresso
• Câmara terá 55 dias para apreciar uma MP. Matéria tranca a pauta após 45 dias em tramitação. Se não for examinada no prazo, vai ao Senado	• Câmara terá 60 dias para analisar as MPs, que trancam a pauta a partir de 45 dias
• Os senadores terão então 55 dias para o exame e a MP passa a trancar a pauta com 45 dias de tramitação	• Senado terá 50 dias e a matéria passa a trancar a pauta com 35 dias de tramitação
• Se forem aprovadas emendas no Senado, a MP volta à Câmara, que terá 10 dias para se pronunciar	• Se houver emenda, voltará à Câmara, que terá 10 dias para se pronunciar

Mercado de trabalho descumpre cota reservada a deficientes

Muitos estabelecimentos não cumprem as exigências da Lei 8.213/91, que fixa a cota mínima de pessoas com deficiência a serem contratadas pelas empresas com pelo menos cem empregados. Os representantes dos deficientes acusam o setor privado de má vontade e preconceito, enquanto os empregadores afirmam que enfrentam dificuldades com a falta de qualificação e entraves legais. Integrantes do governo, por sua vez, alegam que há falta de funcionários para implementar a respectiva fiscalização. Esses argumentos foram apresentados durante a audiência pública na Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, presidida pelo senador Lindbergh Farias (PT-RJ).

Ao ressaltar o baixo grau de inclusão no mercado de trabalho, Lindbergh citou a estimativa de que, dos cerca de 43 milhões de brasileiros que estariam trabalhando formalmente, quase 289 mil seriam deficientes. Ele observou que esses números representam uma inclusão de apenas 0,67%, em contraste com a porcentagem do total de deficientes, que seria de 14%.

– O Brasil tem a melhor legislação das Américas sobre o assunto, mas ela não é obedecida – protestou a superintendente do Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência (IBDD), Teresa Costa d’Amaral.

O presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (Conade), Moisés Bauer, disse que há “preconceito e corpo mole” por parte dos empresários, que utilizariam a falta de qualificação como desculpa para não contratar deficientes.

Ao responder a essas críticas, o representante da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) no Conade, Janilton Fernandes Lima, alegou que há vários entraves na legislação à contratação de deficientes. Como exemplo, ele disse que uma resolução impediu, no final da década de 1990, que os surdos trabalhassem como motoristas no segmento de transporte de cargas, “embora eles sejam perfeitos para atuar nessa atividade”.

Janilton Lima também afirmou que há uma proibição da Polícia Federal quanto à atuação de deficientes na área de vigilância.



Subcomissão debate cumprimento de cotas para pessoas com deficiência

Comissão finaliza textos de projetos da reforma política

Propostas serão enviadas ao presidente do Senado, antes de seguirem para a CCJ. Entre os temas, estão suplência de senador, reeleição, coligações e candidatura avulsa



Tamar Franco, Aécio Neves e Roberto Requião durante a reunião

Principais mudanças

Confira algumas das decisões da Comissão de Reforma Política que alteram substancialmente as regras

Suplentes de senador

Senador teria apenas um suplente, que não poderá ser cônjuge ou parente. Assumiria apenas para substituir temporariamente o titular. Em caso de renúncia ou morte, haveria eleição no pleito seguinte

Posse do Executivo

Prefeitos e governadores, no dia 10 de janeiro; presidente, no dia 15

Reeleição

Fim da reeleição, com mandato de cinco anos

Coligações partidárias

Deixam de existir nas eleições para deputados federais, estaduais e distritais e vereadores

Sistemas eleitorais

Aprovado o sistema proporcional com lista partidária. Cada partido apresentaria relação com candidatos por ordem de prioridade

Financiamento público de campanha

Aprovado o financiamento exclusivamente público de campanhas eleitorais

Candidatura avulsa

Permitida para prefeito e vereador, desde que tenha o apoio de pelo menos 10% dos eleitores do município

Limite de gastos para campanha

Aprovada a fixação de um limite de gastos, sem estabelecer o valor

Cotas para mulheres

Na lista partidária fechada proposta para eleições proporcionais – deputados e vereadores –, metade dos nomes deverá ser de mulheres

OS SENADORES DA Comissão de Reforma Política aprovaram ontem os textos das propostas relativas a nove temas discutidos pelo colegiado. Faltam apenas três temas, que devem ser concluídos na próxima semana. Os textos foram feitos com base nas decisões da maioria dos senadores durante a discussão de cada um dos tópicos. Agora, serão enviados ao presidente do Senado, José Sarney, antes de seguirem para a análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Sete temas – suplência de senador, data para posse e mandato, reeleição, coligações, mudança de domicílio dos prefeitos, candidatura avulsa e o referendo – serão apresentados na forma de proposta de emenda à Constituição. Outros dois, relativos à cláusula de desempenho e à fidelidade partidária, serão apresentados como projetos de lei do Senado.

Segundo o presidente da Comissão de Reforma Política, Francisco Dornelles (PP-RJ), os textos sobre o financiamento público das campanhas, o sistema político e as cotas para mulheres não foram votados ontem porque ainda não estavam prontos.

A votação deve ser realizada na próxima quarta-feira. Os trabalhos da comissão, de acordo com o presidente, devem ser encerrados antes do dia 20 de maio, prazo estipulado em ato do presidente do Senado.

Temas polêmicos

Durante a votação, senadores como Roberto Requião (PMDB-PR) e Demóstenes Torres (DEM-GO) deixaram claro que apresentarão, independentemente do que foi decidido na comissão, outros projetos sobre os temas votados ontem. O mesmo já foi sinalizado pelo senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP). Para Demóstenes, os senadores não só podem, como devem se opor.

– Eu, por exemplo, sou contra quase tudo. Fui voto vencido em muita coisa, então vou defender meus pontos de vista. Agora, o que a comissão aprovou por maioria é o que saiu daqui – explicou.

Apesar de concordar que há pontos polêmicos, como o sistema eleitoral e a reeleição, Francisco Dornelles acredita que alguns temas, como a suplência de senador, a fidelidade partidária e as datas para a posse, não sofrerão mudanças.

– Grande parte dos pontos que foram aprovados pela comissão, eu diria que 90%, vai prevalecer – previu o senador.

Outro ponto que provavelmente será pacífico, segundo Francisco Dornelles, é a realização de referendo para ouvir a população sobre o sistema eleitoral.

Sarney afirma que fim das coligações fortalece partidos

O presidente do Senado, José Sarney, disse que, apesar de não encontrar unanimidade entre os políticos, o fim das coligações fortalecerá a democracia.

– Seria salutar que estivéssemos esse passo à frente. Com o fim das coligações, os partidos tenderiam a ser mais fortes. Não há democracia sem Parlamento e não há Parlamento forte sem partidos fortes – disse, ao comentar a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de que a vaga de deputado afastado deve ser preenchida pelo suplente da coligação, e não pelo do partido.

O fim das chamadas coligações partidárias nas eleições proporcionais foi aprovado em março pela Comissão Especial

de Reforma Política, encarregada de elaborar anteprojeto de lei sobre o tema.

De acordo com Sarney, se a medida for aprovada pelo Congresso Nacional, os deputados e vereadores indicados pelos partidos representarão de forma mais clara os programas das legendas.

O presidente do Senado também comentou a demora na votação da proposta de emenda à Constituição (PEC 11/11) de sua autoria que altera o rito de tramitação das medidas provisórias. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) adiou novamente, nesta semana, a votação da proposta. Questionado pela imprensa, Sarney disse desconhecer o motivo da demora.

Presidente do Incra reconhece que o órgão não tem condições de dar conta da demanda por títulos de propriedade da terra na faixa de fronteira

Senadores cobram regularização fundiária

O PRESIDENTE DO Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Celso Lacerda de Lacerda, foi questionado em audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) sobre o andamento dos processos de ratificação de títulos em faixa de fronteira. Os senadores presentes também se queixaram da demora da autarquia na regularização fundiária e da ineficiência na instalação de assentamentos rurais.

Lacerda afirmou que o atraso na implementação de norma de outubro passado, que simplifica os procedimentos administrativos de ratificação das alienações e concessões de terras devolutas efetuadas pelos estados na faixa de fronteira, é devido à existência de milhares de processos paralisados há quase uma década. O presidente do Incra reconheceu a incapacidade do órgão

de dar conta dessa demanda e relatou que a autarquia está firmando parceria com o Exército para o levantamento da situação dessas propriedades, para ativar processo de certificação on-line dos títulos.

De acordo com o diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Incra, Richard Martins Torsiano, 570 municípios, a maioria na região Sul (403), sediam propriedades em faixa de fronteira. Os títulos que deram entrada no Incra até 31 de dezembro de 2003 poderão ser ratificados, sendo que propriedades com até 15 módulos fiscais ficam dispensadas de vistoria e georreferenciamento.

Ivo Cassol (PP-MT) fez apelo para que os assentamentos rurais sejam deslocados de áreas afastadas para os arredores de centros urbanos. O pedido foi reforçado pelo senador Casildo



Richard Torsiano (E), Celso Lacerda e senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka

Maldaner (PMDB-SC).

O reconhecimento pelo presidente do Incra de que Mato Grosso lidera as pendências na regularização de títulos em faixa de fronteira respaldou as críticas de Jayme Campos (DEM-MT) quanto à ineficiência da autarquia. O georreferenciamento no estado só está saindo com ordem judicial, afirmou.

Waldemir Moka (PMDB-MS) e Gleisi Hoffmann (PT-PR) expressaram confiança na condução do Incra por Lacerda, enquanto o presidente da CRA, Acir Gurgacz (PDT-RO), disse acreditar que os produtores só estarão motivados a cumprir a legislação na exploração da terra se tiverem seus títulos de propriedade regularizados.

Faixa de fronteira

Ocupa 143 milhões de hectares do território nacional

- ✘ A faixa de fronteira engloba **16,77%** do território nacional
- ✘ Dos 851 milhões de hectares do território do Brasil, aproximadamente **143 milhões de hectares** estão nessa área
- ✘ Alguns estados, como o **Acre**, estão quase totalmente inseridos nela (99,32% da área total)
- ✘ Há **570 municípios** brasileiros na faixa de fronteira, dos quais 403 estão no Sul do país, 98 no Norte e 69 na região Centro-Oeste

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Alvaro Dias afirma que governo não pode negar escalada inflacionária



Alvaro Dias

O líder do PSDB, Alvaro Dias (PR), disse ontem que a "escalada inflacionária no país não pode mais ser escamoteada" pelo governo. Ele afirmou que o ministro da Fazenda, Guido Mantega, e seus auxiliares fizeram diagnóstico equivocado sobre o real comportamento dos preços.

– A imensa preocupação e a promessa de engajamento para o combate acirrado da inflação não atenuam as preocupações que assolam os lares das famílias brasileiras – disse, ao mencionar a alta do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), de 6,29% para 6,34%.

Alvaro mencionou estudo do Instituto Paraná Pesquisa segundo a qual 96,2% declararam sentir o aumento da inflação e 58% reduziram seu consumo desde o início do ano.

Para Gleisi, emendas parlamentares têm valor muito alto

Gleisi Hoffmann (PT-PR) afirmou que as emendas parlamentares têm valor "muito alto" para a realidade do país e que o tema merece ser mais bem discutido pela Comissão Mista de Orçamento (CMO). O comentário se referiu à presença da ministra do Planejamento, Miriam Belchior, na terça-feira, para falar da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e do decreto presidencial que cancela os restos a pagar de 2007, 2008 e 2009. O cancelamento de restos a pagar afeta compromissos assumidos em decorrência de emendas parlamentares.

Ela lembrou que existe um grupo dentro da CMO encarregado de avaliar possíveis mudanças nas regras para apresentação de emendas.

– Não sou contra as emendas. Elas são legítimas e precisam acontecer. Mas esta Casa, o Congresso Nacional, a Comissão Mista de Orçamento têm de fazer os debates sobre os grandes temas nacionais, sobre aquilo que realmente tem impacto na vida das pessoas.

Mudanças tributárias em estudo prejudicam o MS, destaca Moka



Waldemir Moka

Waldemir Moka (PMDB-MS) se mostrou preocupado com as recentes discussões sobre redução no ICMS. As mudanças fariam com que a cobrança do imposto migrasse gradualmente do estado de origem para o de destino.

Segundo o senador, a alteração traria prejuízo a Mato Grosso do Sul.

Moka explicou que o gás natural que vem da Bolívia entra por Mato Grosso do Sul, onde o ICMS é cobrado. Caso a cobrança mudasse para o destino, o estado perderia R\$ 50 milhões por mês (12% do total arrecadado com o tributo).

Outra preocupação do senador é com a possibilidade de reduzir a zero o ICMS interestadual sobre os importados (hoje, de 12%). A mudança, diz Moka, traria os mesmos problemas com relação ao imposto arrecadado com o gás boliviano.

Benedito elogia incentivos fiscais para indústria automotiva



Benedito de Lira

Benedito de Lira (PP-AL) elogiou a aprovação pelo Senado, anteontem, do projeto que prorrogou de 2010 para 2015 os incentivos fiscais para a indústria automotiva nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Benedito de Lira assinalou que essas regiões apresentam os piores indicadores econômicos do país e abrigam quase 43% da população. Ele observou que, apesar disso, Norte, Nordeste e Centro-Oeste juntos respondem por menos de 26% de participação no produto interno bruto (PIB), segundo dados do IBGE de 2006. Para ele, a prorrogação permitirá a apresentação de novos projetos, dinamizando as regras atualmente em vigor. O usufruto desses benefícios ficará condicionado à realização de investimentos em inovações tecnológicas, completou o senador.

Protecionismo da Argentina prejudica RS, diz Ana Amélia



Ana Amélia

Ana Amélia (PP-RS) criticou as barreiras protecionistas impostas pela Argentina no comércio com o Brasil. Ela explicou que 85% das máquinas e equipamentos agrícolas produzidos no Brasil são exportados para a Argentina, que

ao mesmo tempo se vale de barreiras protecionistas que prejudicam a indústria brasileira, sobretudo a gaúcha.

A prática, segundo a senadora, vem gerando demissão nas indústrias gaúchas e ameaça de novos cortes, além de impor mudanças no ritmo de produção das empresas locais para reduzir a crise. Ana Amélia disse que o sindicato das indústrias gaúchas tem reivindicado do governo brasileiro uma atitude mais ativa nesse processo, para evitar que o futuro da relação comercial acabe afetando também as relações diplomáticas.

João Vicente Claudino alerta para o risco de cancelamento de obras



João Vicente Claudino

João Vicente Claudino (PTB-PI) demonstrou preocupação pela aproximação do dia 30 de abril, data em que os "restos a pagar" de recursos orçamentários relativos a 2007 e 2009 serão cancelados, segundo decreto do então presidente

Lula. Os restos a pagar incluem emendas parlamentares.

Os compromissos assumidos e que não serão pagos, por força do decreto, vão resultar em obras inacabadas e no cancelamento de projetos, avaliou. "Corremos o risco de criar um grande cemitério de obras inacabadas", disse.

O senador lembrou que os órgãos envolvidos com o processamento das dívidas dos municípios, como a Caixa Econômica Federal, muitas vezes carecem de funcionários e de estrutura, sem falar na burocracia, o que afeta o andamento dos processos.

Maldaner pede mais acesso de pessoas com deficiência ao trabalho



Casildo Maldaner

Casildo Maldaner (PMDB-SC) alertou ontem para a necessidade de aumento da inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Ele elogiou audiência pública realizada pela manhã na Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência (veja página 3).

Maldaner considerou extremamente baixo o percentual de empregados portadores de deficiência. Segundo ele, em 2009, de 41,2 milhões de trabalhadores registrados pelo Ministério do Trabalho, somente 288,6 mil – 0,7% do total – foram declarados como pessoas com deficiência. A própria Lei de Inclusão Social, que obriga empresas com mais de cem funcionários a destinar de 2% a 5% das vagas aos deficientes, ainda está longe de ser cumprida, disse o senador.

Ciro Nogueira critica Aneel por reajustes nas tarifas elétricas



Ciro Nogueira

O senador Ciro Nogueira (PP-PI) protestou ontem contra reajuste promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) na tarifa de energia elétrica, acima até do percentual solicitado pelas concessionárias.

– Mais uma vez, os consumidores foram penalizados. O que menos o país precisava nesse momento era justamente mais um choque no orçamento das nossas famílias. Onde está a lógica do mercado? Onde está o respeito ao cidadão? – criticou, lembrando que as companhias já praticam preços superiores à inflação.

O senador citou exemplos: a Ampla Energia e Serviços S. A., do Rio de Janeiro, terá reajuste de 11,8%, mas pediu entre 6,43% e 9,55%; a Cemig (MG) ganhou 9,2% e solicitou 8,8%; a CPFL de São Paulo pediu 6,71% e recebeu 7,72%.

Sem advogado particular e sem visitas íntimas

Pedro Taques (PDT-MT) defendeu o fim da visita íntima para presidiários membros de organizações criminosas, normalmente grupos envolvidos com o tráfico de drogas e armas. Em audiência que debateu ameaças dessas organizações contra juízes federais e suas famílias, ele propôs também que os condenados sejam impedidos de contratar advogados privados, passando a contar exclusivamente com profissionais da Defensoria Pública.

Essas medidas, na opinião do senador, são essenciais para evitar que chefes de quadrilha continuem no comando de ações a partir dos presídios e devem ser abordadas num mesmo projeto. A ideia é impedir que companheiras e namoradas recebidas nas visitas íntimas e advogados contratados pelos detidos sejam usados para transmitir instruções a comparsas.

– O papel do advogado é indispensável à administração da Justiça e temos que louvar a importância desse profissional. Porém, os que se colocam ao lado do crime são também criminosos – afirmou.

Ana Rita (PT-ES) destacou que o Espírito Santo vem enfrentando o crime organizado nos últimos anos e que o estado hoje não “está totalmente livre do crime, mas aquele momento de angústia não é mais tão visível”.



Pedro Taques defende medidas para impedir comando criminoso nas prisões



Juízas federais, senador Paim e procurador Alexandre de Assis (à dir.) na CDH: necessidade de prevenção contra grupos terroristas



José Cruz/Senado Federal

Procurador e juíza alertam para risco de terrorismo durante Copa e Olimpíadas

Presidente da Associação dos Procuradores da República disse na CDH que é preciso investir no combate ao crime organizado. Juíza federal sugeriu discussão sobre a privacidade de quem está em presídio de segurança máxima

A FALTA DE investimento no combate ao crime organizado pode colocar o Brasil no eixo de ações de grupos terroristas durante a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016, advertiu o presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, Alexandre Camanho de Assis, em audiência ontem na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

A juíza federal Raquel Domingues Corniglioni, de Mato Grosso do Sul, reconheceu o perigo como real. A também juíza federal do estado Lisa Taubemblatt denunciou a falta de recursos para operações da Polícia Federal na fronteira e

sugeriu ação conjunta com o Paraguai.

Raquel Domingues, responsável pela execução penal no presídio federal de segurança máxima de Campo Grande, revelou que um monitoramento no local indicou que o Comando Vermelho e o Primeiro Comando da Capital (PCC) tramaram sequestros de filhos de altas autoridades no país.

– O Comando Vermelho e o PCC estiveram na iminência de colocar o Brasil na condição de uma república de bananas: as mais altas autoridades do país passando pelo vexame de negociar a libertação de seus filhos sequestrados com bandidos que

pretendiam sair de um presídio. A juíza não revelou nomes, alegando que o inquérito corre em segredo de Justiça em Mato Grosso do Sul. Mas contou que outro monitoramento realizado no parlatório do presídio – onde os advogados encontram os clientes – teria indicado o risco de sequestro de um de seus filhos para forçar uma decisão favorável ao traficante Fernando da Costa, o Fernandinho Beira-Mar, que pretendia voltar para o Rio de Janeiro.

O monitoramento lhe rendeu uma denúncia no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e outra na corregedoria do Tribunal Regional da 3ª Região, que

ainda não têm decisão. Mesmo assim, ela sugeriu uma discussão dos limites do direito de privacidade de quem se encontra em presídio federal de segurança máxima.

Ajufe quer inclusão de pleitos no Pacto Republicano

O presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), Gabriel Wedy, defendeu na audiência da Comissão de Direitos Humanos a inclusão de reivindicações da classe no novo Pacto Republicano, que será firmado entre os três Poderes no próximo mês, com medidas que devem ser adotadas em cada esfera para ampliar o acesso à Justiça e agilizar as decisões.

Uma das reivindicações é mais segurança para que os juizes possam exercer suas atividades, notadamente aqueles que atuam em processos de tráfico de drogas e armas, entre outros. Além disso, eles querem quase 15% de aumento nos seus salários, que hoje variam entre R\$ 21 e R\$ 24 mil mensais. A pauta inclui também a concessão de benefícios já oferecidos aos membros do MP.

Camanho: mais garantias a Judiciário e MP

Alexandre Camanho lembrou, na audiência da CDH, que a ação do crime organizado já produziu uma vítima no Ministério Público: o procurador Pedro Jorge Melo e Silva, assassinado em março de 1982 ao investigar o chamado Escândalo da Mandioca.

Camanho comparou a falta de segurança do Estado para a ação de membros do MP e do Judiciário com o aparato dispensado à integridade dos criminosos. Enquanto aumenta o número de procuradores e juizes sob ameaça – a Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe)

estima em 40 os magistrados na mira do crime organizado –, “prerrogativas dadas a criminosos se invertem contra o juiz e o procurador”.

Ele afirmou que, enquanto aumentam crimes como narcotráfico e lavagem de dinheiro, a Polícia Federal sofre sucessivos cortes de verbas.

O recrudescimento do crime organizado, na avaliação de Camanho, pode levar o Brasil a ser cenário de ações terroristas.

Para frear esse processo, segundo o procurador, é necessário aparelhar a PF e dar mais

garantias aos membros do Ministério Público e do Judiciário Federal.

A falta de recursos da Polícia Federal para combater o crime organizado foi apontada também pela juíza federal Lisa Taubemblatt.

A juíza explicou que em Ponta Porã (MS), na fronteira com o Paraguai, os flagrantes de ações do crime organizado, que antes eram cinco a sete por semana, estão agora reduzidos a apenas um. Com um detalhe: segundo ela, isso não indica queda na criminalidade.

País pode ter Agência de Energias Renováveis

Proposta que autoriza o Poder Executivo a criar a Agência Nacional de Energias Renováveis (Aner) foi aprovada ontem pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

Pelo projeto (PLS 495/09), que segue para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa, o objetivo da nova agência será coordenar o processo de transição do uso intensivo de energias não renováveis para formas renováveis e elaborar políticas públicas para apoiar o aprimoramento da matriz energética nacional.

Segundo Marcelo Crivella (PRB-RJ), autor do projeto, a energia renovável é uma das soluções inadiáveis para a garantia sustentável do planeta, por ser barata, limpa e confiável.

O relator da matéria, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), lembra que o Brasil é “dono de um invejável potencial desse tipo de transformação energética”.

Alguns membros da comissão questionaram a necessidade de criação da agência. Para Cyro Miranda (PSDB-GO), a nova autarquia pode aumentar o custo Brasil e servir de “flanco para abrigar apadrinhados”. A mesma opinião foi externada por Blairo Maggi (PR-MT).

A CI também aprovou outras comissões para debater a situação do tráfego aéreo no país. Segundo a autora de um dos requerimentos, Lúcia Vânia (PSDB-GO), serão discutidas as condições

da infraestrutura aeroportuária, os investimentos programados, os aspectos econômicos da ampliação da estrutura atual e as suas implicações com a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.



Lúcia Vânia propõe audiência sobre aeroportos

Sabatina de Pedro Brito para diretor da Antaq será na quinta

Indicado para dirigir a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), o economista Pedro Brito do Nascimento será sabatinado na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) na próxima quinta-feira.

Ontem, o relator da indicação (MSF 59/11), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), manifestou-se favorável a Nascimento para o cargo, vago em decorrência da aposentadoria de Murillo Barbosa. O senador observou que o diretor da Antaq cuida da implantação do Sistema Hidroviário Nacional, “tão fundamental para a região amazônica”,

e afirmou que sonha ver as bacias do país interligadas, “fazendo com que o Brasil possa ter sua navegação interior totalmente possível”.

Em seguida, foi concedida vista coletiva da matéria aos senadores, para que possam se preparar para a sabatina.

Pedro Brito é graduado em Economia, com Mestrado em Administração Financeira. No Ceará, foi superintendente financeiro do Banco do Nordeste, presidente do banco do estado, secretário da Fazenda do estado e superintendente-geral da Bolsa de Valores. No âmbito federal, foi ministro de Integração Nacional e da Secretaria de Portos.

Concessões de rádio e TV voltarão a exame na CCT

As votações de projetos de concessão de rádio e TV deverão ser retomadas na próxima semana, informou Eduardo Braga (PMDB-AM), que preside a Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), responsável pela análise desse tipo de matéria. As votações haviam sido suspensas em 6 de abril, depois que a imprensa publicou denúncias de fraudes nos processos de concessão, como o uso de "laranjas".

A CCT realizou audiência pública na manhã de quarta em busca de soluções para aprimorar a fiscalização desses processos. Participaram representantes do Ministério das Comunicações, da Agência Nacional de Telecomunicações, do Tribunal de Contas da União, do Ministério Público Federal e da Universidade de Brasília.



Eduardo Braga é o presidente da CCT

Sessão na segunda celebra Dia do Trabalho

O Senado terá sessão especial na segunda-feira para celebrar o Dia do Trabalho, comemorado em 1º de maio. A solicitação para o evento foi do senador Paulo Paim (PT-RS), que tem defendido, em discursos no Plenário e entrevistas à imprensa, o fim do fator previdenciário e a jornada semanal de 40 horas, bem como uma política de valorização das aposentadorias. Essas são, atualmente, segundo o senador, as principais bandeiras dos trabalhadores brasileiros.

A data escolhida para celebrar as conquistas dos trabalhadores ao longo da história surgiu em 1886, momento em que uma greve geral paralisou os Estados Unidos. Conhecida como Revolta de Haymarket, uma manifestação reuniu, na cidade de Chicago, milhares de trabalhadores que protestavam contra condições desumanas de trabalho e o excesso da carga horária exigida, na época 13 horas diárias.



Na CRE, Gleisi Hoffmann apresenta parecer favorável à medida, que agora vai à deliberação do Plenário

Comissão acata aumento do valor de energia do Paraguai

Relatora afirma que o Brasil não está fazendo nenhum favor ao país vizinho e que o preço pago pela cessão de energia elétrica de Itaipu é "muito barato"

A ELEVAÇÃO DA quantia paga pelo Brasil ao Paraguai pela cessão de energia de Itaipu – de US\$ 120 milhões para US\$ 360 milhões anuais – está mais perto da aprovação final pelo Congresso Nacional. O Projeto de Decreto Legislativo 115/11, que ratifica o acordo, foi aprovado ontem pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e será agora examinado em Plenário.

O Tratado de Itaipu estabelece que a energia produzida pela hidrelétrica binacional será

dividida em partes iguais entre Brasil e Paraguai. Como o país vizinho consome apenas 5% da energia, vende o restante de sua parte ao Brasil.

– Estamos pagando um preço muito barato pela energia. Em 2023, a usina estará paga e teremos de discutir royalties e preço de energia. Meu medo é ter de implorar ao Paraguai para nos vender energia, que poderá ser vendida à Argentina ou ao Chile. Não estamos fazendo um benefício ao Paraguai. O acordo dá ao Brasil condições de nego-

ciar com o Paraguai em outro patamar – afirmou a relatora, Gleisi Hoffmann (PT-PR).

O presidente da comissão, Fernando Collor (PTB-AL), também defendeu a aprovação do projeto. Ele lembrou ter sido, como presidente da República, um dos signatários do Tratado de Assunção, acordo que deu origem ao Mercosul, e observou que todos os presidentes desde então mantiveram o apoio à integração regional, independentemente de sua orientação política.

Aprovados embaixadores para Cingapura e Belarus

Luis Fernando de Andrade Serra e Renato Luiz Rodrigues Marques, indicados para exercer, respectivamente, os cargos de embaixadores brasileiros em Cingapura e em Belarus, tiveram seus nomes aprovados pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

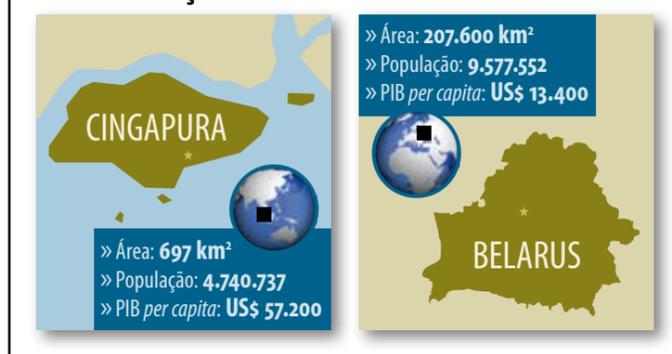
Luis Fernando Serra lembrou que, apesar de contar com uma área menor que a do Distrito Federal, Cingapura "criou em menos de 40 anos uma das economias mais pujantes do mundo". Sua localização estratégica já havia sido reconhecida pelos britânicos, quando instalaram ali um entreposto comercial. Para o Brasil, observou, Cingapura serve como "canal de interlocução privilegiado" com a Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean).

Renato Marques disse, por sua vez, que Belarus já possui uma embaixada em Brasília e busca, com o governo brasileiro, formas de diversificar a relação bilateral.



Luis Fernando Serra (E), Fernando Collor, presidente da CRE, e Renato Marques

Relações bilaterais diferenciadas



Fonte: CIA World Factbook



Senador diz que CPI já tem apoio

Crivella volta a pedir criação da CPI da Fronteira

O senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) voltou a defender em Plenário a criação de uma CPI para investigar o contrabando de armas e de drogas por meio das fronteiras brasileiras.

– É imprescindível que o país retome a soberania de suas fronteiras – disse.

O pedido de criação da CPI da Fronteira já tem mais de 50 adesões (são necessárias 27), de acordo com o senador.

Crivella citou a reportagem "Arma ilegal entra pela fronteira até por motoboy", da *Folha de S.Paulo*, para comentar que ela é "um chamamento ao Senado". Ele recomendou ainda que os senadores busquem se informar sobre a fragilidade das fronteiras brasileiras junto a parlamentares de países vizinhos.



Senadora defende ações de inteligência

Foco na vigilância de fronteiras é ineficaz, diz Marta

A estratégia para lidar com o tráfico de drogas, armas e pessoas no país não pode se limitar à vigilância pura e simples de fronteiras, mas priorizar ações de inteligência envolvendo os países limítrofes, defendeu ontem Marta Suplicy (PT-SP). A facilidade na compra de armas nas fronteiras, registrada em reportagens dos últimos dias, e artigo do ex-governador de São Paulo José Serra motivaram a senadora. No artigo, Serra critica o governo e diz que a vigilância nas fronteiras é falha.

Para Marta, o foco na vigilância das fronteiras é "atrasado e ineficaz", e citou o exemplo dos Estados Unidos, que passaram a agir diretamente no combate aos cartéis e não tanto na vigilância da fronteira com o México.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Wilson Santiago
1º secretário: Cícero Lucena
2º secretário: João Ribeiro
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário:
 Gilvam Borges, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Marta Suplicy • Mozarildo Cavalcanti • Geovani Borges • Aníbal Diniz • Antônio Carlos Valadares

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem:
 Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Janaina Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – **E-mail:** jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 – **Fax:** (61) 3303-3137

Praca dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
CEP: 70.165-920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Senador alerta Dilma sobre comunicação de engenheiro acusando a parceria público-privada adotada para o projeto de superestimar valor da obra

Requião recebe denúncia de desvios no trem-bala

DENÚNCIAS DE SUPERVALORIZAÇÃO do projeto do trem-bala entre Rio de Janeiro e São Paulo foram enviadas a Roberto Requião (PMDB-PR) pelo engenheiro ferroviário Paulo Ferraz, que, segundo o senador, é o responsável pelo trecho Paraná-Santa Catarina após a privatização. Requião disse que, sendo da base gover-

nista, tem o dever de alertar a presidente Dilma Rousseff sobre a possibilidade de desvios.

De acordo com o senador, na comunicação intitulada "Está sobrando bala no trem Rio-São Paulo", Ferraz denuncia que o sistema de parceria público-privada (PPP) está sendo utilizado para aumentar o valor da obra, utilizando dinheiro público.

O engenheiro diz que o projeto do trem de alta velocidade tinha orçamento inicial de R\$ 18 bilhões, "valor consolidado depois de décadas de estudos".

Segundo Ferraz, a fórmula utilizada após a adoção de PPPs pelo governo divide o custo da obra em 70% para o BNDES; 10% para os fundos de pensão em empresas públicas; e 20% da

iniciativa privada. "Aí começa a disparar o preço estimado da obra. Fala-se agora em R\$ 33 bilhões, e no ar há o alerta de que pode chegar a R\$ 50 bilhões. Com o orçamento exorbitante de R\$ 50 bilhões, seria possível implantar o trem-bala Rio-São Paulo e ainda construir 10 mil quilômetros de ramais de linhas férreas em áreas estratégicas

para o país e o Mercosul", diz o engenheiro na denúncia.

"Na modalidade de PPP, teríamos R\$ 24,6 bilhões de dinheiro público, podendo chegar a R\$ 40 bilhões. Só com essa verba poderíamos fazer a obra, ainda com folga, e seriam dispensáveis os 20% da iniciativa privada, que receberia a obra de presente para operar", leu Requião.

Jayme Campos prega união para garantir aeroportos na Copa



Jayme Campos

Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) apresentado na Comissão de Infraestrutura aponta que as obras nos aeroportos para a Copa do Mundo estão atrasadas e dez dos 13 aeroportos com reformas previstas não ficarão prontos em prazo inferior a sete anos. O registro foi feito pelo senador Jayme Campos (DEM-MT).

– O documento mostrou a extrema dificuldade para que a maioria dos investimentos em terminais de passageiros fique pronta a tempo – disse, pregando a união de esforços entre classe política, governo e empresários para evitar problemas na organização do evento.

Acir Gurgacz defende prioridade aos programas educacionais

É preciso dar atenção às crianças e para que se tornem adultos capazes de lidar sem violência com a realidade. O alerta foi do senador Acir Gurgacz (PDT-RO), que pediu apoio às ações do governo federal de fortalecimento da educação. Gurgacz citou pesquisa realizada pela Unicef em parceria com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), batizada de "Caminhos do Direito de Aprender".

O estudo analisou políticas bem-sucedidas de educação em 26 municípios do país que melhoraram seus índices de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). A pesquisa apontou como fatores relevantes para essa melhoria a formação continuada dos professores, a adoção de práticas pedagógicas adaptadas à região e o interrelacionamento da família com a escola.

Paulo Davim comemora o Dia Nacional da Caatinga



Paulo Davim

Paulo Davim (PV-RN) comemorou ontem em Plenário o Dia Nacional da Caatinga, instituído em 2003, em homenagem ao professor João Vasconcelos Sobrinho, pioneiro em estudos do ecossistema.

Ele lembrou que a Caatinga é um patrimônio biológico exclusivo do Brasil, com importância para o equilíbrio climático. Nesse bioma, disse, há um total de mais de 900 espécies típicas, como barriguda, baraúna, maniçoba, juazeiro e xiquexique.

Davim citou também animais do bioma, como a pomba asa-branca, a ararinha-azul, o preá, a cotia, o veado-catingueiro, o tatu, o sagui e o cachorro-do-mato.

Mozarildo cobra plebiscitos sobre criação de novos estados



Mozarildo Cavalcanti

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) cobrou a realização de plebiscitos para saber se as populações de Mato Grosso, Amazonas e Pará desejam ver seus territórios divididos em novos estados. Segundo o senador, cada um dos três tem praticamente o tamanho das regiões Sul e Sudeste juntas, o que dificultaria seu desenvolvimento.

Mozarildo pediu à Câmara agilidade na aprovação de propostas já analisadas pelo Senado sugerindo a consulta sobre a criação dos estados do Tapajós, a oeste do Pará; do Araguaia, no norte de Mato Grosso; e do Rio Negro, Solimões e Juruá, por desmembramento do Amazonas.

Geovani elogia força-tarefa contra crime organizado no Amapá



Geovani Borges

Geovani Borges (PMDB-AP) comemorou a criação de uma força-tarefa pelo Ministério da Justiça para atuar em conjunto com o governo estadual no combate ao crime organizado no Amapá. A insegurança no estado chegou ao ponto de uma quadrilha assaltar agência bancária dentro do quartel da polícia militar, relatou. Estão previstas ações com a Polícia

Rodoviária Federal, Polícia Federal, Ministério Público e Tribunal de Justiça do Estado.

– Nossa população se vê acuada em meio a uma onda de assaltos e crimes, evidenciando a situação de penúria e o sucateamento das estruturas da segurança pública.

Rolleberg quer incluir na Carta o direito de acesso à internet



Rodrigo Rolleberg

Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) anunciou ter apresentado proposta de emenda à Constituição (PEC 6/11) incluindo o direito ao acesso à rede mundial de computadores.

– Nossa educação não pode esperar mais para ter qualidade. Nossas crianças não podem esperar mais para terem acesso a uma real cidadania e a um futuro promissor na sociedade do conhecimento – disse o senador.

Rolleberg considera o acesso ao computador e à internet fator decisivo para a competitividade dos países na economia internacional e dos indivíduos no mercado de trabalho.

Lídice anuncia novo roteiro turístico do São Francisco



Lídice da Mata

Lídice da Mata (PSB-BA) anunciou ontem o lançamento, pela Secretaria de Turismo da Bahia, de uma nova rota turística pelo Vale do São Francisco – o "Vapor do Vinho" – para promover o turismo vinícola da região.

O passeio, com duração de duas horas, tem início no município de Juazeiro, a bordo de uma barca, que segue pelo rio São Francisco e pela Barragem de Sobradinho. O roteiro termina por terra, após uma visita à vinícola Terra Nova, onde o turista pode visitar os vinhedos, conhecer as formas de produção, degustar os produtos e comprar vinhos e cosméticos à base de uva.

Dornelles propõe aumento dos investimentos em audiovisuais

Francisco Dornelles (PP-RJ) disse que o Brasil precisa investir na construção de um "PIB audiovisual" compatível com o nível das produções nacionais e com o desenvolvimento do setor, que poderia alcançar receita de US\$ 500 bilhões em 2013.

Para garantir o crescimento dessa indústria, frisou, é necessário estabelecer, com os profissionais e patrocinadores, uma reflexão permanente acerca das necessidades do setor, para que possa se beneficiar do crescimento econômico do país. O faturamento do audiovisual no país é de aproximadamente R\$ 22,4 bilhões, equivalente a cerca de 2% do mercado mundial, afirmou o senador. Ele defendeu a desburocratização dos financiamentos e a ampliação dos incentivos para que o setor privado atue no custeio de audiovisuais.

Suplicy recomenda o filme *Bróder* à presidente Dilma



Eduardo Suplicy

Eduardo Suplicy (PT-SP) parabenizou ontem os criadores do filme nacional *Bróder*, que estreou neste mês nos cinemas. O senador considerou o longa-metragem "muito especial" e o recomendou aos colegas e à presidente Dilma Rousseff.

Suplicy relatou que o filme trata da história de três amigos de infância que nasceram na comunidade do Capão Redondo, na periferia de São Paulo, e tiveram destinos diferentes: um se envolveu com o crime, outro se tornou jogador profissional de futebol e o terceiro se mudou para outro bairro, sem muitas perspectivas na vida.

Ângela Portela saúda o Pronatec

Ângela Portela (PT-RR) saudou o lançamento do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (Pronatec), que pretende ampliar em mais de 3 milhões as vagas nos institutos federais e escolas técnicas do país até o final de 2014. O início das inscrições está previsto para junho.

– O Pronatec tem foco nos beneficiários do Bolsa Família. Outro público-alvo são os jovens do ensino médio e os traba-



Ângela Portela

lhadores que fizeram uso do seguro-desemprego por mais de uma vez – assinalou.

Segundo a senadora, para formar e qualificar mais de 3 milhões de profissionais até 2014, o governo pretende utilizar a estrutura dos institutos de ensino federal, escolas técnicas e órgãos do Sesc, Senai, Sesi, Senac e Senat. O Financiamento Estudantil (Fies), antes restrito ao ensino superior, será estendido aos alunos dos cursos técnicos e profissionalizantes por meio do BNDES.

Amorim: projeto levará dignidade ao jovem

O senador Eduardo Amorim (PSC-SE) anunciou na quarta-feira o lançamento do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (Pronatec), ocorrido ontem com a presença do ministro da Educação, Fernando Haddad, e da presidente Dilma Rousseff.

Na opinião de Amorim, esse é o projeto nacional que faltava ao país e que vai alavancar o desenvolvimento social, trazendo dignidade e valores do trabalho para os jovens, a seu ver funda-



Eduardo Amorim

mentos do Estado democrático de direito.

Hoje no Brasil existem mais de 3 milhões de jovens entre 18 e 24 anos sem trabalho por falta de qualificação profissional. Esse projeto, disse Amorim, será eficaz para a inclusão social e para diminuir o "apagão de mão de obra" enfrentado atualmente. O senador também mencionou a importância de se investir na qualificação e remuneração dos professores, para o sucesso do Pronatec.

De acordo com o senador, projeto que reduz os prazos de sigilo sobre documentos em mãos do poder público deveria ser sancionado no Dia Mundial da Liberdade de Imprensa – 3 de maio. “Há posição contrária à matéria”, apontou

Walter Pinheiro cobra garantia de acesso a documentos sigilosos

O SENADOR WALTER Pinheiro (PT-BA) lamentou o fato de que o projeto de lei da Câmara (PLC 41/10) que diminui os prazos de sigilo de documentos e informações guardadas pelo poder público não tenha sido votado a tempo para as comemorações do Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, celebrado em 3 de maio.

Segundo ele, “o projeto está parado” na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e não teria contado com o apoio do Plenário e nem do presidente do colegiado, Fernando Collor (PTB-AL), para a designação de relator.

– Há posição contrária à maté-



Senador quer democratização do acesso à informação

no Senado, para evitar o retorno àquela Casa e possibilitar a sanção presidencial no próximo dia 3.

– Dilma disse que ia entregar o projeto, que é um instrumento que democratiza o acesso à informação. Não temos nenhum receio de matéria dessa ordem, não é necessário mais adotarmos medidas dessa natureza, é preciso fazer a publicização dos fatos para consolidar a democracia.

O projeto determina que os documentos classificados como ultrassecretos terão o prazo atual de sigilo reduzido de 30 para

25 anos, com a possibilidade de uma única prorrogação. A contagem começa na data de produção dos documentos. O texto acaba com a prorrogação indefinida desse prazo nos casos de documentos que possam causar ameaça externa à soberania nacional ou à integridade do território brasileiro. Os documentos classificados como secretos terão prazo de 15 anos e os reservados, cinco.

Pelo projeto, qualquer pessoa interessada poderá apresentar pedido de acesso, bastando que se identifique e especifique a informação. O órgão responsável deverá conceder o acesso imediato à informação disponível ou informar a data em que isso poderá ocorrer.



Flexa Ribeiro

Flexa Ribeiro defende reforma tributária profunda

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) defendeu, na quarta-feira, a necessidade de uma reforma tributária profunda.

Para ele, o projeto (PRS 72/10) que busca solucionar os problemas da disputa fiscal entre estados e proteger a produção nacional é apenas uma medida emergencial e paliativa.

Romero Jucá (PMDB-RR), autor do PRS 72/10, afirmou que o Brasil precisa construir um outro modelo econômico que priorize a produção nacional e não os produtos importados.

Ana Rita quer mais direitos para empregadas domésticas

A senadora Ana Rita (PT-ES) afirmou que devem ser estendidos às empregadas domésticas os direitos trabalhistas garantidos aos demais trabalhadores urbanos e rurais, como jornada máxima de 44 horas semanais, hora extra, adicional noturno e o FGTS obrigatório.

Ela disse que esse foi um dos temas debatidos em audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH)

na quarta-feira, data em que se comemora o Dia da Empregada Doméstica.

Segundo Ana Rita, as mulheres representam 96% do total de 8 milhões de empregados domésticos no país. Nesse universo, observou, também sobra espaço para os homens, que costumam desempenhar funções de jardineiro, “piscineiro”, mordomo e motorista, entre outras.

A senadora lembrou que as

mulheres têm desvantagem em relação aos homens nessa ocupação, tendo em vista que muitas vezes são agredidas em paradas de ônibus em seu percurso diário, além de sofrerem humilhações no local de trabalho e serem desprezadas pela própria legislação.

Ana Rita disse que ainda se manifesta no país um “resquício da escravidão” no trato com as empregadas domésticas, embora estas desempenhem uma prestação de serviço como qualquer outra, em troca de uma remuneração estipulada previamente.

– É preciso ouvir os trabalhadores, os patrões, as patroas, os sindicatos, as associações e os parlamentares de várias regiões para chegarmos a um denominador comum e estabelecermos direitos e deveres para essa classe trabalhadora.



Pimentel: setores médios não têm sido bons empregadores

Formalização tem apoio de José Pimentel

O senador José Pimentel (PT-CE) defendeu um mutirão nacional para incentivar a formalização dos empregados domésticos, cujo dia foi comemorado na quarta-feira.

O aumento de trabalhadores domésticos com carteira assinada tem sido insignificante, embora a Lei 11.324/06 tenha estimulado a regularização da categoria – hoje com 7 milhões de pessoas, das quais 5 milhões sem carteira assinada.

– A sociedade brasileira, principalmente os setores médios, não está cumprindo suas obrigações de empregador. Sem reconhecer direito trabalhista, não se tem proteção para a aposentadoria ou da Previdência – disse.

Ciro Nogueira pede interiorização do ensino superior

Ciro Nogueira (PP-PI) pediu ao governo federal a interiorização do ensino superior, principalmente no Piauí.

– O ensino superior ainda é um sonho distante para grande parte dos brasileiros – disse, na quarta-feira.

O Piauí tem 224 municípios e 3 milhões de habitantes, mas apenas cerca de 80 mil estão matriculados em cursos superiores, metade deles em instituições privadas, informou o senador.

Ciro Nogueira também defendeu a criação de uma universidade pública em Oeiras (PI).



Senadora aponta um “resquício de escravidão” no trato com as domésticas

Profissionais sofrem discriminação, diz Paim

A passagem do Dia da Empregada Doméstica, comemorado na quarta-feira, foi mencionada por Paulo Paim (PT-RS) em Plenário. Ele registrou que audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa revelou que elas sofrem discriminação e são tratadas de forma lamentável, especialmente as negras. Além disso, não têm o trabalho reconhecido, afirmou.

Paim sugeriu a redução do percentual pago à Previdência na contratação do trabalho doméstico para facilitar a formalização do trabalho das empregadas, ideia apresentada e debatida na CDH.

O senador também ressaltou que, na próxima segunda-fei-

ra, o Plenário realizará sessão especial em homenagem aos trabalhadores. Entre os presentes, estarão representantes das centrais sindicais e o minist-

tro do Trabalho, Carlos Lupi.

Paim propôs ainda uma sessão de homenagem ao ensino técnico, aprovada pelo Plenário.

Falta reconhecimento



Fontes: Secretaria de Políticas para as Mulheres e ONG Doméstica Legal



João Pedro

Voto de pesar por assassinato de brasileira na Itália

João Pedro (PT-AM) pediu voto de pesar pelo falecimento da ex-modelo brasileira Cybele Johnson, em Módena, na Itália. De acordo com a imprensa italiana, ela foi assassinada por um ex-namorado italiano, encontrado morto horas depois.

João Pedro também mencionou que a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 promoveu debate sobre o andamento das obras de infraestrutura em Manaus e Porto Alegre.